

# Dívida reúne ministros e FMI

## Delfim espera poder levar esboço da 7ª Carta de Intenções

A renegociação da dívida externa reúne hoje, logo pela manhã, a missão do Fundo Monetário Internacional e os ministros do Planejamento, Delfim Netto e da Fazenda, Ernane Galvêas, e mais o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, confirmou ontem a chefe-adjunta da Divisão do Atlântico do FMI, Ana Maria Jul.

Após o segundo encontro com o FMI, Delfim espera ter o esboço da sétima Carta de Intenções do País, para levar aos credores externos em Londres, Nova Iorque e Washington, na viagem que inicia amanhã, caso não haja um quarto adiamento.

Ana Maria Jul não quis fazer qualquer previsão sobre o término dos entendimentos para a montagem da sétima Carta de Intenções, ao lembrar que uma das missões anteriores permaneceu no Brasil quarenta dias. Ela afirmou ainda que, na última sexta-feira,

a missão do FMI só deu "um alô, como vai" ao chefe do subcomitê de economia dos bancos credores, Douglas Smee.

Assim, segundo Ana Maria Jul, o FMI não discutiu os números projetados para o balanço de pagamentos de 1.985, entregues pelo Banco Central ao economista dos bancos privados e a ser divulgado para o público interno no final desta semana.

Em cima dos números acertados com a missão do FMI e Smee, Delfim segue amanhã para os contatos

com banqueiros londrinos. Depois, manterá, pela primeira vez, conversações com os grandes bancos norte-americanos sobre a fase três de renegociação da dívida brasileira, em Nova Iorque. O ministro do Planejamento aproveita a viagem para, em Washington, conversar com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière; o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, e representantes do Departamento do Tesouro norte-americano.

A transferência provável

do governo para a oposição deve mesmo deixar a definição e a assinatura dos contratos da fase três de renegociação para depois de 15 de janeiro. Técnicos do Banco Central reconhecem que a montagem do pacote com os 800 credores vai, a exemplo das faaes anteriores, até fevereiro, na melhor das hipóteses, quando só então os contratos serão assinados, já com amplo conhecimento da política econômica do futuro governo.

Assim, aos membros da atual equipe econômica ca-

be mais discutir a redução do **spread** - taxa de risco - de 1,75% sobre a prime e de 2% sobre os juros básicos do euromercado que vigorou na fase dois para taxa próxima de 1,125% ao ano obtido pelo México, além de buscar a queda da atual comissão **flat** de 1% sobre o total da dívida a ser rolada.

Sem pedir novo jumbo, o Brasil não deve encontrar maiores dificuldades para reescalonar a dívida a vencer nos próximos quatro ou cinco anos e nem problemas para manter as linhas de crédito comercial e interbancário. Os bancos brasileiros no exterior superaram a fase crítica de liquidez, mas não podem dispensar depósitos interbancários.

Apesar da mudança de governo, os economistas dos bancos credores e do Banco Central não esperam alterações bruscas no tratamento da dívida externa.